

Nali de Jesus de Souza



**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**



5ª Edição Revisada

BIBLIOTECA NGK - PUC/SP



100290825

Biblioteca
Nadir Gouvêa Kfour
PUC-SP

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. - 2007



Desenvolvimento na Visão Schumpeteriana

KS ES LS FO DR

Schumpeter, como os clássicos, enfatizou a oferta na explicação do crescimento econômico. Porém, não se preocupou com os salários e a demanda efetiva. Enquanto novos produtos e processos estiverem sendo adotados pelo empresário, a economia estará em crescimento. Novos produtos e bens já conhecidos com menor preço encontrarão sempre uma demanda adicional. Os investimentos em máquinas e em capacitação tecnológica dinamizam a economia, ao gerar efeitos de encadeamento sobre a produção e o emprego.

6.1 O fluxo circular e seu rompimento

A economia schumpeteriana *sem* desenvolvimento é descrita por um sistema circular de equilíbrio, com lucros normais. Não existem inovações tecnológicas e os processos de produção são rotineiros. O empresário não exerce nenhum papel, não havendo nenhum motivo para o surgimento de líderes empresariais. Dada sua dinâmica, a economia necessita apenas de pequenos ajustes em variáveis econômicas a mudanças marginais do mercado. Assim, “quaisquer mudanças, mesmo adaptativas, admitidas no fluxo circular, podem, no máximo, acarretar deslocamentos ao longo das funções de produção, e não deslocamentos destas” (Possas, 1987, p. 171).

O fluxo circular constitui um sistema de equilíbrio geral onde as relações entre as variáveis ocorrem em condições de crescimento equilibrado, sendo determinadas pelo ritmo da expansão demográfica. Dados os preços de mercado, os consumidores e as firmas ajustam as quantidades demandadas e ofertadas. A renda é distribuída pelo valor de mercado da produtividade marginal dos fatores (Elliott, 1988, p. 8). A competição elimina qualquer excedente de valor. O equilíbrio ocorre com pleno emprego nos mercados de bens, de trabalho e de capitais. O caminho de crescimento equilibrado implica que o nível da acumulação do capital e da expansão da renda fica determinado por pequenas variações da força de trabalho. A poupança necessária ao investimento é uma função constante do nível da renda corrente.

O crédito ao produtor não desempenha nenhum papel, porque as próprias receitas do fluxo circular financiam a produção. Ele é apenas um substituto para o dinheiro nas

transações. Ele aparece na forma de títulos de curto prazo, como os certificados de depósito bancário e as letras de câmbio, que passam de um empresário para outro, como se fosse moeda. O próprio dinheiro no fluxo circular constitui “um véu monetário” (Possas, 1987, p. 173). O investimento é apenas suficiente para manter o produto no nível do crescimento demográfico. A produção *per capita* e os níveis de bem-estar são os mesmos de um ano para outro; não há, portanto, alteração das estruturas, nem dos canais de rotina. As mudanças são marginais e provocadas pelo crescimento demográfico. Elas alteram o equilíbrio original, mas o sistema se ajusta por *um processo de adaptação*.

6.1.1 Novas combinações

O desenvolvimento econômico é de outra natureza. Ele se define como “uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (Schumpeter, 1982, p. 47). Ele resulta de *mudanças revolucionárias*, que alteram de uma vez por todas a situação anterior, como foi o caso, no século 19, das ferrovias substituindo as diligências, ou do carvão coque e da máquina a vapor deslocando o carvão vegetal e a energia hidráulica. Essas mudanças surgem na órbita da produção e não na do consumo. Schumpeter nega a importância das alterações dos gostos dos consumidores para deslocar a função de produção para um novo patamar. Tais mudanças constituem simples adaptações e não um processo de desenvolvimento (Schumpeter, 1982, p. 47).

São os produtores que exercem mudanças relevantes; os consumidores são induzidos a consumir os novos produtos. A organização da produção, as novas formas de produzir e combinar diferentes insumos e habilidades, gerando novos produtos, ou os mesmos produtos com melhor qualidade e menor custo, constitui um dos elementos fundamentais do desenvolvimento. Este constitui “um fenômeno *interno, endógeno* ao sistema capitalista, embora se apresente como necessariamente *extrínseco* ao fluxo circular” (Possas, 1987, p. 174).

À medida que novas combinações surgem de modo irreversível e descontínuo, há desenvolvimento. As novas combinações de meios produtivos precisam ser descontínuas e significativas para gerar desequilíbrios no sentido ascensional. Elas apresentam algumas características. Em primeiro lugar, no mundo não concorrencial, elas significam *destruição* de combinações anteriores: novas firmas podem implicar o fechamento de firmas antigas. De outra parte, as novas combinações deslocam fatores de atividades menos produtivas. Para sobreviver, as atividades não inovadoras precisam lançar mão de fatores desocupados, menos produtivos. Há um processo de *filtragem* em benefício de atividades mais eficientes e mais lucrativas. Em síntese, o desenvolvimento consiste no emprego diferente dos recursos disponíveis, independentemente do ritmo de seu crescimento. Como exemplos de inovações, Schumpeter destaca: (a) a introdução de um novo produto; (b) a descoberta de um novo método de produção; (c) a abertura de um novo mercado, no país ou no exterior; (d) a descoberta de uma nova fonte de oferta de matéria-prima; e (e) uma nova organização de qualquer indústria, como novo monopólio, ou fragmentação de uma posição de monopólio (Schumpeter, 1982, p. 48). A geração de lucro puro estimula novos investimentos, dando margem ao surgimento de novas fontes de lucro.

Aspectos de demanda

A teoria schumpeteriana enfatiza o lado da oferta, negligenciando a demanda. Aspectos de demanda podem estar na origem das inovações. Estas resultam de aspectos econômicos e não apenas técnicos; o seu surgimento, no entanto, carece de fatores explicativos e elas são tratadas exogenamente. Do lado da demanda, como mostra a teoria da base exportadora (Souza, 1982), o desenvolvimento fica explicado pela expansão ou abertura de novos mercados, que é um tipo particular de inovação. Criam-se economias de escala nas firmas exportadoras e nas atividades induzidas. Estas produzem insumos e bens de capital para as atividades exportadoras e bens de consumo para o mercado interno. Os custos médios se reduzem, independentemente de mudanças tecnológicas. Com a concorrência, as firmas são obrigadas a adotar novos processos redutores de custos para se manterem no mercado.

Novos produtos levam à liderança no mercado mundial e à realização de lucro puro, que será tanto maior quanto mais amplos forem os mercados. O meio socioeconômico deixa de ser apenas a economia nacional para englobar o resto do mundo. Os agentes tornam-se mais numerosos e os ambientes mais complexos. A agressividade do meio amplia-se, tornando mais intensas as necessidades de adaptação, para assegurar a sobrevivência. As firmas com maior poder de competição sobrevivem e ampliam sua participação no mercado, retransmitindo sua experiência às demais empresas, que também procuram sobreviver. Em razão das interdependências tecnológicas no interior dos complexos industriais, essa interação pode assumir a forma cooperativa. As constantes transformações do meio socioeconômico, produzidas pelas inovações tecnológicas e pela globalização, repercutem no mercado interno. Os empresários precisam estar em um *processo contínuo de adaptação*, para assegurar a sobrevivência e, se possível, aumentar sua participação no mercado.

6.1.2 Papel do empresário inovador

Três conclusões emergem do raciocínio anterior. Em primeiro lugar, está implícita a presença de um *comandante*, um agente capaz de realizar com eficiência as novas combinações. Esse agente, o *empresário*, reúne cientistas, técnicos e capitais para obter novas combinações. Em segundo lugar, o mundo em que vive, não sendo de concorrência perfeita, mas formado por oligopólios, possibilita a obtenção de *lucro puro*. Em terceiro lugar, mesmo na presença de oligopólios, os fundos de reserva das empresas nem sempre são suficientes para financiar as novas combinações e o empresário precisa recorrer ao crédito, fornecido pelo *capitalista*. Os fundos de reserva são gastos, em grande parte, na reposição do fluxo circular anterior.

O administrador do fluxo circular diferencia-se do empresário do processo de desenvolvimento; este também não se identifica, necessariamente, com o inventor ou com o capitalista. O empresário é quem adota novas combinações produtivas. “Na verdade, o empresário é *definido* por sua função – a de pôr em prática inovações, podendo acumular outras funções econômicas enquanto indivíduo” (Possas, 1987, p. 175). Ele é um líder, um pioneiro e um agente de mudanças. Porém, segundo Schumpeter, o risco é assumido por quem concede o crédito e não pelo empresário (Schumpeter, 1982, p. 92). Os banqueiros e capitalistas podem incorrer em perdas, com a desvalorização de seus títulos.

Contudo, à medida que os empréstimos são cobertos por garantias reais, os riscos se transferem, em grande parte, para os tomadores, no caso os empresários.

O meio sociocultural pode fazer oposição ao empresário; superar as adversidades vindas dos grupos ameaçados pelas inovações requer uma conduta equilibrada. A característica fundamental do empresário é a de “liderança e não de propriedade, isto é, de capacidade de previsão e iniciativa e não da posse de capital” (Possas, 1987, p. 175). De outra parte, a função do empresário não é descobrir novas combinações, mas adotá-las; enquanto elas não forem postas em prática, permanecem economicamente irrelevantes. Para a adoção de *inovações rentáveis*, o empresário necessita manifestar sua *liderança em relação ao banqueiro, a fim de obter financiamento*. Tal liderança reflete-se também em direção dos demais produtores, que o imitam, adotando inovações. A iniciativa individual do empresário pode ser estimulada pelo apoio oficial; contudo, o empresário de sucesso geralmente é um homem de iniciativa, um individualista e auto-suficiente, mas que busca sustentação em todas as frentes. Nessas condições, ele se apresenta também como um novo-rico, um egocêntrico e racional, cujo fim é o lucro e não o consumo (Schumpeter, 1982, p. 64).

A satisfação do empresário, como dizia Marx, ao se referir ao capitalista, reside no desejo de acumular por acumular. Seu comportamento jamais se caracteriza pelo tipo hedonista. Sua conduta pauta-se no sentido do sucesso, da conquista de um lugar de destaque social, predominando sempre a *racionalidade*. Suas decisões saem da rotina e os riscos tornam-se maiores do que aqueles provenientes das decisões do fluxo circular. Nesse sentido, o empresário apresenta-se como “o mais racional e o mais egoísta de todos” (Schumpeter, 1982, p. 64).

O capitalista, para Schumpeter, não se identifica, necessariamente, com o empresário, mas com os proprietários dos fundos a serem emprestados, depositantes, acionistas e o próprio banqueiro. O capitalista está mais empenhado em emprestar dinheiro, adquirir títulos no mercado financeiro e especular na bolsa de valores. O *promotor* constitui o agente comissionado que vincula o capitalista ao empresário. Schumpeter não inclui o capitalista e o empresário no fluxo circular, ao contrário de Marx, que reconhece a presença do capitalista na reprodução simples, como proprietário dos meios de produção, embora abstraia a acumulação de capital, nesse caso. Para Marx, a força principal do processo de crescimento é a acumulação de capital, enquanto para Schumpeter o desenvolvimento se deve à inovação empresarial.

Outro agente fundamental do desenvolvimento, o *banqueiro*, é o intermediário entre o empresário e os proprietários dos meios de produção, isto é, os capitalistas. Ele amplia os meios de pagamentos, *ao criar crédito*, tornando-se o elemento-chave do desenvolvimento econômico. Como o capitalista, ele fertiliza o empresário, que possui idéias em potencial, tornando-o apto a pôr em prática projetos e inovações tecnológicas que outros criaram. Ele torna-se o centro por reunir capitais disseminados entre portadores de títulos de diversas espécies e depositantes, para emprestar aos empresários. A natureza e as atividades do empresário são condicionadas pelo ambiente sociocultural em que vive e trabalha. Para realizar sua função e impulsionar o desenvolvimento econômico, ele necessita: (a) de um pacote de *inovações* tecnológicas ainda não utilizadas e aptas a serem postas em prática; e (b) de linhas de *crédito* de curto e longo prazo, para que possa transformar capital em meios de produção, adotar novos métodos e gerar novos produtos.

6.1.3 Natureza e função do crédito

Como o empresário não é, necessariamente, o proprietário dos meios de produção, que pode estar disseminado entre inúmeros acionistas, nem possui recursos próprios suficientes para realizar investimentos e adotar novas combinações, o crédito bancário e outras formas de captação de recursos financeiros apresentam-se como uma necessidade real, para que esse agente potencial torne-se efetivamente empresário. O capital criado pelo crédito bancário proporciona o acesso do empresário à corrente de bens, podendo adquirir meios de produção, matérias-primas e contratar trabalhadores. Nesse contexto, os lucros do negócio deverão permitir a cobertura dos custos de produção, pagar os juros e amortizar o capital emprestado.

Conceder crédito ao empresário significa emitir uma ordem ao sistema econômico, em consonância com os anseios do empresário, no sentido de criar capacidade produtiva adicional; isso implica a transformação de capital líquido em capitais fixos ou meios de produção. Ao atribuir um papel preponderante ao crédito, de certa maneira, Schumpeter idealizou o moderno *banco de desenvolvimento*. O empreendedor necessita de crédito para investir e ele "é o devedor típico da sociedade capitalista" (Schumpeter, 1982, p. 71).¹ Desse modo, diferentemente da abordagem clássica, que atribui um peso exclusivo a variáveis reais, Schumpeter entendia que o dinheiro também exerce um papel ativo no sentido de estimular a economia. Ele não constitui apenas um véu, mas exerce influências sobre variáveis reais.

Com o dinheiro, ou crédito, o empresário adianta gastos com insumos e máquinas e antecipa os lucros, com os quais pagará os empréstimos. Nesse sentido, os investimentos globais passam a ser estimulados pela captação de recursos financeiros ou pelo crédito bancário, o que dinamiza o crescimento econômico. Em outras palavras, na ausência de desenvolvimento, no fluxo circular, funciona a lei de Say, não havendo necessidade de crédito. "Para cada oferta, existe à espera uma demanda correspondente em algum lugar do sistema econômico; para cada demanda, uma oferta correspondente" (Schumpeter, 1982, p. 75). Isso implica que os depósitos de curto prazo das empresas alimentam o próprio fluxo circular; que o público tem sempre à mão os recursos para suas necessidades imediatas. Com o crédito, o desenvolvimento, oriundo de inovações tecnológicas, fica independente da poupança prévia. Até certo ponto, os assalariados podem ser liberados de poupar para consumir os novos produtos lançados no mercado, estimulando a economia a crescer. Desse modo, o investimento depende em grande parte da oferta de recursos financeiros.

O crédito bancário gera-se graças à criação de moeda escritural, a partir de certa base monetária, constituída pela poupança depositada nos bancos e pelo afluxo de dinheiro do exterior. O banco empresta em função dessa base e da probabilidade de ser reembolsado. Essa probabilidade depende da capacidade empresarial e das garantias reais que o empresário possa oferecer. Não havendo projetos rentáveis, os recursos continuam no sistema bancário. À medida que um empreendimento é financiado, criam-se depósitos adicionais pelo multiplicador bancário, possibilitando a realização de novos financiamentos.

1 No mundo capitalista moderno, o crédito tem uma importância considerável também para o financiamento do consumidor, na compra de bens, como do produtor, no *custeio do giro* de seus negócios. Esses créditos de curto prazo pertencem mais ao fluxo circular, não constituindo para Schumpeter o elemento fundamental para financiar meios de produção.

Os novos bens de produção adquiridos pelas empresas precisam gerar receitas, no menor prazo possível, para que elas possam devolver o capital tomado emprestado e efetuar a reposição desses equipamentos, à medida que se desgastam no processo produtivo. Em outras palavras, os empresários deverão ser capazes de retirar do fluxo circular adicional os elementos para sua reprodução no período seguinte. Novos créditos somente se justificarão para novos processos de produção, fabricação de novos produtos, abertura de novos mercados, isto é, para a adoção de novidades no processo de produção. Os lucros gerados pelo desenvolvimento vão constituir os recursos próprios, os quais, adicionados em parte ao novo crédito, tornarão possíveis os investimentos relacionados com as novas combinações.

Conseqüências do crédito

Como Schumpeter considerava que havia pleno emprego, os empréstimos concedidos forçam os preços dos fatores para cima e deslocam os mesmos de combinações antigas, menos produtivas, para combinações novas, mais eficientes. Como as empresas não inovadoras desaparecem ou crescem a um ritmo mais lento, instaura-se um processo de *destruição criadora*. Pelo maior poder de mercado adquirido com as novidades, as empresas inovadoras expandem sua produção a preços crescentes. No desenvolvimento schumpeteriano há, portanto, um processo inflacionário logo amenizado pelo surgimento de firmas concorrentes, produzindo bens diferenciados e adotando processos similares. Isso ocorre porque novos empresários imitam a ação dos pioneiros, adotando outras novidades, ou simplesmente copiando inovações já caídas no domínio público.

Por adotarem novas combinações e produzirem novos produtos, as firmas inovadoras adquirem posição oligopolista no mercado. Assim, elas estabelecem preços com *mark up* sobre os custos médios. Essa situação perdura enquanto não surgirem concorrentes produzindo bens similares. A disputa por fatores de produção já empregados e o crédito bancário exercem pressões altistas sobre seus preços. O processo de destruição criadora produz efeito oposto, ao reduzir a demanda por fatores e por crédito. A *poupança forçada*² e o lucro puro, decorrente das inovações, elevam a capacidade de autofinanciamento das empresas, reduzindo proporcionalmente a demanda por crédito bancário. A deflação de crédito se inicia quando os empresários começam a pagar seus empréstimos. O sistema bancário deixa de expandir os meios de pagamentos e resulta um processo de contração da oferta monetária. A redução resultante das taxas de juros e dos preços dos produtos não é suficiente, contudo, para estimular a retomada dos empréstimos e dos investimentos. Na ausência de uma nova onda de inovações, a economia entra em um período de recessão e, depois, de depressão.

Os críticos de Schumpeter argumentam que os bancos normalmente concedem créditos de curto prazo e que os investimentos de capital fixo são financiados com capitais próprios ou emissões de títulos. No entanto, mesmo que os bancos somente financiem os gastos de curto prazo, requeridos pelas inovações, não estará descartada a relação entre crédito e inovação, porque haverá liberação de recursos próprios para investimentos de

2 Poupança forçada (involuntária) deriva da redução dos salários reais (w/p), em virtude da elevação dos preços (p) mais do que proporcionalmente ao aumento dos salários monetários (w), o que eleva a taxa de lucro das empresas e estimula novos investimentos.

longo prazo. Além disso, a expansão resultante dos meios de pagamentos, desencadeando o processo inflacionário, redistribui a renda em favor dos empresários, mediante o mecanismo da poupança forçada. A elevação dos lucros, em decorrência, ajuda a financiar os investimentos exigidos pelas inovações.

Para adotar novas combinações, o empresário utiliza meios de produção anteriores e fundos acumulados, além de recorrer ao crédito bancário: ele "cavalga sobre suas dívidas em direção do sucesso". Ao conceder o crédito, o banqueiro constitui "um fenômeno do desenvolvimento", porque permite a adoção de inovações (Schumpeter, 1982, p. 51 e 53).³ O mercado de bens de produção aparece associado ao mercado de capitais. Com o desenvolvimento, este último interage com o fluxo circular, pela demanda de crédito do empresário. Sua importância foi salientada por Schumpeter.

"O mercado monetário é sempre, por assim dizer, o quartel-general do sistema capitalista, do qual partem as ordens para as suas divisões individuais, e o que ali é debatido e decidido é sempre em essência o estabelecimento de planos para o desenvolvimento posterior. Todas as espécies de requisitos de crédito vêm a esse mercado; nele todas as espécies de projetos econômicos travam relação uns com os outros e lutam por sua realização" (Schumpeter, 1982, p. 86).

A função do mercado de capitais é fornecer crédito para o desenvolvimento e este cria e alimenta o primeiro ao expandir o volume de negócios da economia. A existência de inovações financiadas pelo crédito é o que permite o crescimento econômico contínuo acima do crescimento demográfico, mesmo havendo pleno emprego de fatores. Estudando a relação schumpeteriana entre crédito e desenvolvimento, envolvendo 80 países, entre 1960 e 1989, King e Levine (1993) constataram que várias medidas envolvendo os financiamentos correlacionaram-se fortemente com as taxas de crescimento do capital fixo, do PIB per capita e do aumento da produtividade total. Os autores concluíram que Schumpeter estava certo acerca da importância do crédito no processo de desenvolvimento.

6.2 Apresentação formal da economia schumpeteriana

O processo de produção schumpeteriano envolve a combinação de forças produtivas, formadas pelos meios de produção, K , pelo trabalho, L , pelos recursos naturais, N , pelas inovações tecnológicas, S , e pelas instituições, E . A função de produção especifica-se como:

$$Y = f(K, N, L, S, E) \quad (1)$$

Os meios de produção, K , diferem da noção schumpeteriana de capital. Este é um fundo de poder de compra e se compõe de dinheiro e ativos líquidos, calculados em dinheiro (Adelman, 1972, p. 93). Portanto, a moeda escritural criada pelos bancos, por gerar poder de compra, constitui capital. O capital em dinheiro, em papéis ou títulos, com liquidez imediata, e o crédito desempenham um papel essencial em uma economia schumpeteriana em desenvolvimento.

3 Para Morishima e Catephores (apud Hanusch, 1988, p. 2), as palavras-chave da economia schumpeteriana deveriam ser banqueiro e crédito, em vez de empresário e novas combinações.

"Definiremos o capital, então, como a soma de meios de pagamento que está disponível, em dado momento, para transferência aos empresários. No momento em que o desenvolvimento começa, a partir de um fluxo circular em equilíbrio, apenas uma parte muito pequena dessa soma de capital poderia, de acordo com a nossa interpretação, consistir em dinheiro; pelo contrário, deveria consistir em outros meios recém criados com esse propósito" (Schumpeter, 1982, p. 83).

A evolução da economia schumpeteriana no período t é dada por:

$$dY/dt = Pmg_K dK/dt + Pmg_L dL/dt + Pmg_N dN/dt + Pmg_S dS/dt + Pmg_E dE/dt \quad (2)$$

As variáveis dK , dL , dN , englobando combinações antigas, geram apenas crescimento e não desenvolvimento. Elas se identificam com o fluxo circular, onde o sistema gera poupança que se transforma em investimento. O desenvolvimento é produzido pelas variáveis dS e dE . Se toda a terra estiver ocupada ($dN/dt = 0$), a variável-chave do crescimento será os meios de produção, K , porque a população cresce lentamente em função do tempo; para Schumpeter não há causalidade entre disponibilidade de bens e serviços e crescimento demográfico, como para os clássicos e Marx.

No fluxo circular vale a lei de Say, pois a tecnologia e o meio sociocultural não influenciam o produto. Ao afetarem o produto, com o auxílio do crédito, e pela ação do empresário inovador, instaura-se o processo de desenvolvimento e a economia crescerá acima da expansão demográfica. Enquanto o crescimento econômico não produz nenhuma novidade, apenas processos normais de adaptação, as variáveis do desenvolvimento apresentam-se como um fenômeno novo, estranho ao fluxo circular, deslocando o ponto de equilíbrio para um novo patamar. Os lucros extraordinários ocorrem, portanto, fora do fluxo circular, quando $dS > 0$ e/ou $dE > 0$. Neste último caso, instituições eficientes e meio sociocultural progressista estimulam a produção. Schumpeter identifica a variável institucional E com as instituições financeiras, fornecedoras de crédito. Assim, com desenvolvimento econômico fica implícita a existência de autocorrelação significativa entre as instituições de crédito (E) e o estoque de conhecimentos (S). O aumento dos meios de produção (K) depende, portanto, de fatores novos, suscetíveis de romper com a rotina do fluxo circular:

$$dK/dt = K (dS/dt) \quad (3)$$

A acumulação de capital liga-se ao desenvolvimento pelas inovações tecnológicas. Com técnicas velhas, a acumulação mantém-se lenta e os lucros são normais. De sua parte, as modificações institucionais (dE/dt) dependem do relacionamento temporal com o estoque de conhecimentos (S) e com a situação presente das instituições (E):

$$dE/dt = E(S, E) \quad (4)$$

Sendo o estoque de conhecimentos uma função do tempo, a estrutura institucional apresentar-se-á também como uma variável temporal. Desse modo, a evolução dinâmica da economia schumpeteriana (dY/dt) dependerá do crescimento demográfico, $L(t)$, que imprime o ritmo do crescimento econômico, e do relacionamento temporal entre o progresso técnico e as instituições responsáveis pelo desenvolvimento, como segue (Adelman, 1972, p. 98):

$$dY/dt = f[S, dS/dt, L(t), E, t] \quad (5)$$

Instituições arcaicas, ineficientes, consumidoras de recursos escassos, não apenas inibem o desenvolvimento, como também provocam o subdesenvolvimento. A ausência de inovações e de empresários impede que a economia cresça além dos limites impostos pelos processos rotineiros e pelo estoque existente de capital e de trabalhadores.

6.3 Ciclos econômicos em Schumpeter

À luz da experiência histórica, constata-se que o crescimento econômico não se produz de maneira uniforme no tempo. Ele acelera-se com a introdução de novos produtos e novos processos de produção, pela ação do empresário inovador. Os preços sobem, o que estimula as empresas a aumentar a produção. A economia schumpeteriana move-se, portanto, através de uma trajetória cíclica. O surgimento de inovações, de crédito e de empresários inovadores não é linear, provocando o crescimento econômico em ritmo superior à tendência histórica, limitada pelo estoque de recursos e técnicas tradicionais.

Os ciclos alternados de crescimento do produto apresentam quatro fases (Figura 6.1): (a) *ascensão*, ou *boom*, com o produto crescendo acima da *linha de tendência* de longo prazo; (b) *recessão*, iniciada após o *pico*, com declínio do nível de atividade; (c) *depressão*, com o nível do produto caindo abaixo da *linha de tendência*; e (d) *recuperação*, após o *vale*, indo até a *linha de tendência*, quando a economia pode iniciar nova fase ascendente (Evans, 1969, p. 417).

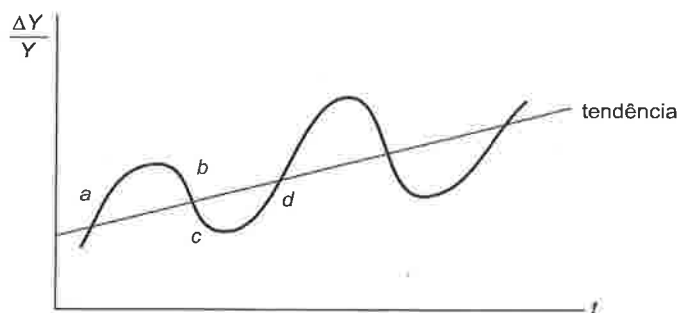


Figura 6.1 Flutuações econômicas de longo prazo.

O tempo que transcorre entre uma fase e outra, a duração do ciclo, depende do fenômeno que o motivou, uma vez que eles não decorrem apenas do lado da oferta, no sentido schumpeteriano.⁴ Segundo sua duração, as flutuações cíclicas dos preços podem

ser classificadas em três grupos: (a) ciclo curto de Kitchin (40 meses, em média, EUA); (b) ciclo longo de Juglar (nove anos e meio, em média, Inglaterra, século 19); e (c) ciclo de onda longa de Kondratieff (50 anos, EUA, Inglaterra e França) (ver Souza, 1996, p. 299). A Grande Depressão da década de 1930 acarretou profundo desemprego nos EUA e em quase todo o mundo. Entre 1926 e 1933, os índices de preços por atacado e o nível de emprego caíram 35% nos EUA. O número de desempregados passou de 4,6 milhões em 1929 para 13 milhões em 1933. Entre 1929 e 1932, o índice da produção industrial caiu 47% nos EUA e na Alemanha e 48% no Canadá.

6.3.1 Prosperidade

Segundo Schumpeter, o período de prosperidade é caracterizado pelo aparecimento de *ondas* de inovações e *enxames* de empresários. A ascensão atinge um máximo e depois declina. “O *boom* termina e a depressão começa após a passagem do tempo que deve transcorrer antes que os produtos dos novos empreendimentos possam aparecer no mercado. E um novo *boom* se sucede à depressão, quando o processo de reabsorção das inovações estiver terminado” (Schumpeter, 1982, p. 142).

Na fase ascendente do ciclo as inovações, financiadas pelo crédito, estimulam a demanda de bens de produção e a economia cresce acima da tendência histórica. Elas fazem subir os preços dos fatores de produção, deslocando-os de processos rotineiros, não inovadores. Os direitos de patente dificultam o surgimento de imitadores copiando produtos e processos. Eles permitem aos inovadores manter por determinado tempo preços elevados e fabricar produtos e adotar processos com exclusividade. Eles estimulam gastos com pesquisa e desenvolvimento e a adoção de inovações, cujo sucesso nem sempre é evidente. Crédito abundante e barato também estimula a fase ascendente do ciclo. Inicialmente, há disputa por fatores já empregados e seus preços sobem. Posteriormente, à medida que cessam os direitos de patentes, produtos e processos similares surgem no mercado. Enquanto a concorrência eleva ainda mais o custo dos fatores, os preços dos produtos concorrentes tendem a cair. Quando as inovações atingem um nível muito baixo, a economia entra na fase recessiva.

O desenvolvimento schumpeteriano desenrola-se progressivamente, porque as inovações não se distribuem uniformemente no tempo; elas se manifestam mais intensamente em alguns períodos. O aparecimento dos inovadores abre o caminho para novos empreendimentos e facilita o surgimento de novos empresários. As dificuldades dos negócios tornam-se decrescentes pela ação dos pioneiros. Os empresários de capacidade mediana podem entrar nos negócios com a remoção dos obstáculos iniciais. A abertura de um mercado externo, por exemplo, facilita as exportações tanto para as empresas do mesmo ramo, como para as de outros segmentos da economia. Os pioneiros dão o exemplo e são imitados. Eles sinalizam a existência de lucro em determinados setores e levam outros empresários a entrar no mesmo negócio ou em atividades correlatas.

Três circunstâncias aumentam o efeito do aparecimento conjunto de novos empreendimentos: (a) as novas combinações adicionam-se às antigas; (b) a demanda empresarial projeta-se em todo o sistema econômico, através dos efeitos de encadeamento, de multiplicação e de aceleração; os negócios ampliam-se com preços crescentes; (c) erros de previsão podem levar à superestimação dos investimentos, aumentando os efeitos referidos. A

4 Ver a classificação das teorias sobre os ciclos econômicos em Souza (1996, p. 301).

demanda dos novos empresários eleva os preços dos bens de produção, causando prejuízos às empresas que utilizam processos antigos e menos eficientes. Ademais, os novos produtos chegam ao mercado e concorrem com os antigos. A concorrência provoca a queda dos preços de bens de consumo final e eleva o custo dos bens de capital e das matérias-primas, podendo dar fim ao *boom* e precipitar a crise.

A tendência à queda dos preços dos bens finais e à elevação dos preços dos bens de capital, no final da prosperidade, explica por que novos empreendimentos não utilizam o crédito excedente: conclui-se que a origem da recessão encontra-se na própria fase ascendente. A instabilidade do sistema capitalista sinaliza o desequilíbrio do crescimento e a possibilidade da chegada do estado estacionário.

6.3.2 Recessão e depressão

Políticas governamentais adotadas para prolongar a fase de prosperidade e as imperfeições de mercado ampliam o processo inflacionário, que tende a acompanhar o desenvolvimento. Segundo Schumpeter, o ponto de inflexão após o *pico*, como também após o *vale*, mostra a tendência natural do sistema econômico em procurar a taxa natural de crescimento econômico, que se encontra sobre a *linha de tendência* de longo prazo. Mesmo antes do pico, quando as empresas começam a pagar seus empréstimos, a demanda por crédito se retrai diante da redução da taxa de lucro. A taxa de crescimento da produção dos bens antes lançados no mercado como novidade atinge o máximo e depois declina. Ocorrem perdas e a recessão persiste com a deflação de crédito. A economia entra em um período de recessão e a retomada do crescimento somente ocorrerá com novas ondas de inovações e novos grupos de empresários.

Independentemente do pânico e da retração do crédito, a queda dos lucros retrai os investimentos. A desaceleração da demanda de meios de produção reduz o emprego e a renda, assim como a demanda de bens de consumo. A recessão, na visão de Schumpeter, é sempre precedida pela prosperidade (Elliott, 1988, p. 16). Dois fatores podem acelerar ou manter a recessão: (a) as crises especulativas nas bolsas de valores e de mercadorias; (b) a rigidez dos salários, que não caem como deveriam durante a recessão.

Schumpeter entendia que a desproporção entre oferta e demanda é uma consequência da recessão. As crises derivam dos desequilíbrios provocados pela adoção de inovações e da reação do sistema que busca o equilíbrio estacionário de longo prazo. Forças deflacionárias derivam do resgate de empréstimos bancários, efetuado por empresas inovadoras, e que não são compensados por novas demandas de crédito, tendo em vista a desaceleração das inovações. As condições econômicas desfavoráveis, os riscos e a incerteza inibem a função empresarial, reduzindo o ritmo das inovações e a demanda de crédito. Embora o processo de ajustamento da economia cause transtornos, a recessão não é totalmente indesejável, por representar uma tendência de volta ao equilíbrio e por implicar nova redistribuição de renda. Na opinião de Schumpeter, tanto as imperfeições de mercado como a ingerência excessiva do Estado na economia dificultam esses ajustes.

Com relação à distribuição de renda, na fase ascendente, os lucros das firmas inovadoras aumentam mais do que proporcionalmente ao lucro das firmas não inovadoras; na recessão e depressão, as firmas com maior poder de mercado aumentam sua participação na economia, em detrimento das firmas concorrenciais, que mantêm combinações

antigas. A concentração de renda, em favor de empresas potencialmente inovadoras, pode estimular a retomada do desenvolvimento econômico. Em suma, Schumpeter não considerava a fase recessiva completamente negativa, pois "a recessão cumpre o que o *boom* prometeu: a corrente de bens é enriquecida, a produção parcialmente reorganizada e os custos de produção, que foram majorados durante a prosperidade, agora diminuem" (Oliveira, 1993, p. 106). É durante a fase recessiva que ocorrem os necessários ajustes da economia, com redução de preços, enxugamento de custos, tendentes a melhorar a eficiência e a competitividade, possibilitando a retomada do crescimento.

Na prosperidade, os salários crescem menos do que os preços das firmas líderes. Na recessão e depressão, sua queda fica amortecida pela existência de contratos e pela ação dos sindicatos. Contudo, para elevar o nível de emprego, precisa-se de um novo *boom*, um novo crescimento desequilibrado em favor das empresas inovadoras. Para evitar o crescimento excessivo do crédito durante a fase de prosperidade, Schumpeter sugeriu restringir os empréstimos às empresas menos eficientes, deixando-as à própria sorte, para acelerar seu desaparecimento, o que ocorreria normalmente na fase depressiva (Schumpeter, 1982, p. 167). Contudo, com alguma ajuda muitas empresas podem melhorar seu desempenho e sobreviver no mercado. Ademais, por sua própria dinâmica, o desenvolvimento capitalista gera elevado grau de mortalidade de empresas. Empréstimos mais baratos para firmas de pequeno porte podem constituir uma fonte apreciável de crescimento econômico. Além disso, se esses financiamentos estimulassem a adoção de inovações, haveria desenvolvimento no sentido schumpeteriano. Essas firmas poderiam ser, por exemplo, aquelas que se ligam tecnologicamente a grandes unidades inovadoras. Desse modo, elas precisariam de financiamento para modernizar-se e manter os padrões de qualidade exigidos para a fabricação de produtos destinados às empresas líderes.

A ruptura do fluxo circular representa a passagem da fase concorrencial para a fase oligopolista, o que acentua os movimentos cíclicos do crescimento e a instabilidade do sistema. Entretanto, se a concorrência fosse perfeita, não haveria ciclos, mas a economia provavelmente permaneceria no fluxo circular. As crises têm levado os economistas a acreditar na consequência inevitável de profundas transformações da economia capitalista. Tais crises resultam de *menores oportunidades para o investimento*, decorrentes da própria evolução capitalista (Schumpeter, 1961, p. 140). Esta hipótese é similar à de Adam Smith, segundo a qual a redução do campo de aplicação do capital implica a diminuição gradual da rentabilidade dos novos projetos, à medida que a margem dos negócios vai-se ampliando com o aumento do estoque de capital da economia.

6.3.3 Declínio do capitalismo

Além da redução gradativa de novas oportunidades para o investimento, a sobrevivência do capitalismo no longo prazo fica ameaçada pelo surgimento de outros fatores (Schumpeter, 1961, p. 165):

- a) *ambientais*: o sistema capitalista distribui poder político a segmentos da sociedade que não procuram a maximização do lucro, a força motriz do capitalismo. Desse modo, aumenta a força dos intelectuais, homens treinados para criticar, os quais, chegando ao poder, trabalhariam contra as estruturas capitalistas vigentes;

- b) *saturação*: com o declínio do crescimento demográfico, a elevação do estoque de capital e a exaustão dos recursos naturais, a humanidade atingiria a *saciedade*. Com as necessidades econômicas plenamente satisfeitas, não haveria motivação para o crescimento econômico;
- c) *obsolescência da função empresarial*: a inovação tornando-se rotineira, a liderança empresarial seria substituída por executivos bem remunerados. Assim, deteriora-se a posição da burguesia industrial e financeira, eliminando-se o elo entre crédito e inovação;
- d) *destruição da camada protetora*: a pequena produção, que forma a *camada protetora* sobre a qual se assentam as grandes unidades produtivas, tenderia a desaparecer. A marginalização dos pequenos empresários e da população envolvida teria seu reflexo nas urnas, afetando a estrutura política nacional e o futuro da grande empresa; e
- e) *desaparecimento do espírito de propriedade*: grandes empresas substituiriam o proprietário tradicional por uma infinidade de pequenos acionistas, com interesses variados e disseminados e preocupados apenas com o curto prazo.

O enfraquecimento das instituições e a mudança dos valores básicos resultante levariam o sistema capitalista a transformar-se no socialismo. Apesar disso, com progresso técnico, haveria acumulação de capital e crescimento. A expansão dos salários e a redução de preços produziram um desenvolvimento com melhor distribuição de renda, no longo prazo. Assim, enquanto houver inovação tecnológica, o capitalismo continuará com todo o vigor. O crescimento dos grandes fundos de pensão no mercado de capitais indica a oferta crescente de recursos financeiros de pequenos poupadores para as empresas sem o desaparecimento do espírito de propriedade. A tendência moderna da terceirização de partes do processo produtivo mostra que a camada protetora das grandes empresas continua ainda mais forte.

Constata-se, portanto, que ainda não chegou a era do declínio do capitalismo, como previra Schumpeter. De qualquer modo, o estado estacionário schumpeteriano distancia-se da situação catastrófica de Smith, Ricardo e Marx e aproxima-se daquela prevista por Stuart Mill, quando os indivíduos maximizariam o bem-estar. Este seria o caso dos países altamente desenvolvidos, onde a procura por bens materiais cederia lugar a uma maior demanda por lazer. A evolução cultural e espiritual constituiria a preocupação fundamental.

6.4 Adaptação da teoria schumpeteriana aos países subdesenvolvidos

A teoria schumpeteriana é mais adequada para países com elevado estoque potencial de empresários, com disponibilidade de capitais emprestáveis e com grandes possibilidades de criar novas tecnologias. No modelo de Schumpeter, essas condições estão presentes e as instituições são eficientes, sobretudo as bancárias; as políticas econômicas governamentais são neutras ou favoráveis ao desenvolvimento capitalista. Há pleno emprego de fatores e a inflação não constituiu um entrave ao desenvolvimento. Em toda a sociedade há um clima favorável às mudanças e a busca do lucro capitalista é o objetivo predominante. Nos países subdesenvolvidos, essas condições nem sempre se verificam.

Desse modo, para o modelo schumpeteriano ser aplicado a esses países, há necessidade de algumas adaptações.

6.4.1 Teoria do desenvolvimento derivado

A principal contribuição de Wallich foi salientar que, nos países pobres, o empresário não representa a *força propulsora*, a inovação não corresponde ao *processo mais característico* e o enriquecimento privado nem sempre constitui o *objetivo predominante*. Desse modo, os principais pontos a serem modificados são constituídos pela força motivadora, pelo processo e pelos objetivos (Wallich, 1969, p. 198). No modelo de Schumpeter, o país gera sua própria tecnologia. As invenções são aplicadas pelas empresas, gerando novos produtos e processos de produção mais eficientes. Já nos países em desenvolvimento, na maior parte dos casos, as inovações são importadas de outros países.

Diante dessa deficiência, a ação governamental é muito importante para promover a aplicação de técnicas já conhecidas no exterior e para captar recursos para investimentos, como faz o banqueiro schumpeteriano. Além dos bancos internacionais de fomento, criados após a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países em desenvolvimento fundou seus próprios bancos para financiar projetos de longo prazo. No Brasil, foi o caso do BNDES e dos bancos regionais e estaduais, geralmente utilizados para o repasse de recursos internacionais ou federais. O desenvolvimento regional pode acelerar-se com a mobilização dos agentes locais, a fim de aproveitar as potencialidades de crescimento existentes. Assim, empresas, universidades, governos locais e empresários potenciais podem unir-se em torno de novas iniciativas, para implantar empresas, produzir novos produtos, abrir novos mercados e criar novos empregos. Essa interação gera um processo de aprendizagem, aproveita as externalidades potenciais existentes e contribui para o surgimento de rendimentos crescentes. Ocorre, assim, um processo de desenvolvimento endógeno, como resposta das regiões aos desafios da competitividade em tempos de globalização (Barquero, 2002, p. 70).

Em outras regiões ou países, o pequeno número de empresários potenciais tem constituído também um entrave ao desenvolvimento econômico. O ingresso de empresas estrangeiras, com seus executivos, ajuda a reduzir parcialmente esse problema. O interesse das empresas multinacionais, naturalmente, não se generaliza para todos os setores e países. De outra parte, há o preconceito contra o capital estrangeiro, em virtude do *nacionalismo*, ou por receio por parte dos governos de perder o controle de setores "estratégicos". No Brasil, acentuou-se o ingresso de capital estrangeiro a partir de 1950, quando o setor de mercado interno, fortemente protegido por tarifas alfandegárias, abriu-se às multinacionais (Cardoso e Faletto, 1975, Capítulo 6). Isso correspondeu a aumentos da oferta de capitais, de empresários e de tecnologia. Na década de 1970, expandiu-se o tripé formado por empresários estrangeiros, nacionais e o Estado brasileiro. Com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979), o Brasil passou por novo surto de substituição de importações; cresceu o número de empresas estatais, com intensa importação de tecnologia e de capitais. No início da década de 1980, mesmo com o aumento da dívida externa (II PND, choques do petróleo), a opção do governo foi continuar crescendo com endividamento externo. Assim, a dívida externa passou de US\$ 110,1 bilhões em 1990 para US\$ 165,2 bilhões em 2003 (Boletim do Banco Central do Brasil, set. 2003).

Desse modo, constata-se que o *Estado* foi *empresário, inovador e banqueiro*; ele supriu a insuficiência interna desses fatores. No Brasil, entre 1950-1990, sobretudo, ele cumpriu várias funções na economia, que nos países desenvolvidos são desempenhadas pelo setor privado. Entretanto, a expansão das funções do Estado na economia aumentou as despesas públicas e gerou inflação crônica. O crescimento das dívidas externa e interna do Brasil, decorrentes tanto dos planos de estabilização, implementados a partir de 1986, como do crescimento com endividamento, elevou substancialmente as despesas públicas.

O resultado do aumento do déficit orçamentário do governo são os cortes nos investimentos públicos, a mola-mestra do *desenvolvimento derivado*. A recessão e o desemprego, reduzindo as receitas públicas, agravam ainda mais o problema. Com a falência do Estado cobrador de impostos, esse modelo entrou em crise (Jackson, 1988). Desde meados dos anos de 1990, o governo brasileiro tem procurado reduzir o tamanho da dívida interna, com privatizações de empresas públicas e de serviços de utilidade pública e aumento da participação de empresários nacionais e estrangeiros na economia nacional. Contudo, a dívida interna líquida do Governo Federal continuou aumentando, atingindo a cifra de R\$ 254,5 bilhões em dezembro de 2001 e R\$ 355,3 bilhões em julho de 2003 (23,1% do PIB). Os encargos da dívida mobiliária subiram de R\$ 10,8 bilhões em 1996 para R\$ 27 bilhões no final de 2002 (Boletim do Banco Central, set. 2003).

As empresas multinacionais contribuem com o desenvolvimento derivado; elas aportam novas tecnologias e novos hábitos de consumo. O aumento da concentração de renda, principalmente nos períodos de inflação alta, inerente ao modelo de substituição de importações, adotado no País até há pouco tempo, tem-se efetuado em benefício da classe média e rica. Desse modo, havia no Brasil, em 2003, um mercado de bens de consumo durável em expansão de mais de 70 milhões de consumidores. A ação do Estado e as pressões dos consumidores (efeito demonstração) constituem as forças motivadoras mais características do desenvolvimento derivado (Wallich, 1969, p. 200). O Estado foi levado a agir e a introduzir *novidades* e processos já conhecidos e provenientes dos países desenvolvidos.

Desse modo, nos países subdesenvolvidos, o *Estado inovador* substitui o empresário inovador. No esquema schumpeteriano, o lucro é o objetivo principal do empresário. No *desenvolvimento derivado* de inovações vindas do exterior, maior nível de *consumo* passa a ser o objetivo primordial. Com a adaptação de Wallich, a abordagem schumpeteriana deixa de centrar-se exclusivamente na função de produção, para receber maiores considerações do lado da demanda. A principal consequência da orientação do desenvolvimento para o consumo é a escassez de poupança interna e a tendência secular à inflação.

“A demanda social, atuando por meio dos canais políticos e sindicais, tenta extrair da economia mais do que se pode obter com a produção interna e o comércio internacional. Não é somente o desenvolvimento e o investimento a ele associado que levam às tendências inflacionárias, mas todo o clima social de uma economia orientada para a demanda” (Wallich, 1969, p. 211).

Com a economia fechada, a menor oferta interna de produtos importados ajuda a explicar as pressões inflacionárias. Seguindo os padrões dos países desenvolvidos, a população nacional tende, prematuramente, a demandar mais lazer e menos trabalho. Desse modo, na visão de Wallich, torna-se necessária a adoção de medidas que estimulem a

poupança e o aumento da produtividade total dos fatores. Dado o modelo característico, as *empresas investem* basicamente em bens de consumo duráveis. O problema da concentração da renda não inibe necessariamente a acumulação de capital, porque os investimentos tendem a orientar-se para a produção de bens de luxo e bens duráveis de consumo para as classes de mais alta renda.

6.4.2 Efeito deslocamento e escala das inovações

Outra contradição que surge nos países em desenvolvimento, em que o motor do crescimento econômico é o Estado-empresário, importador de tecnologias e de capitais, é a concorrência que sua ação exerce com o setor privado. Implantando infra-estruturas, ou produzindo bens e serviços, o governo concorre com o setor privado no mercado de bens e fatores; sua ação provoca escassez de produtos (aço, cimento, metais não ferrosos) e elevação de salários, juros e preços de insumos básicos. Havendo capacidade plenamente utilizada em alguns setores, maiores demandas do governo provocam pressões inflacionárias e *efeito deslocamento*: elas só podem ser atendidas com a redução das vendas ao setor privado (Laumas, 1962).⁵

Com a concorrência do governo e o aumento dos preços de insumos e fatores, os custos das empresas privadas se elevam e elas reduzem a escala de produção. Elas procuram manter a margem de lucro, elevando os preços, e as quantidades demandadas se reduzem. O tamanho das novas firmas se reduz, assim como as margens de lucro. Desse modo, havendo escassez de recursos (capital, mão-de-obra especializada e insumos básicos) e grande participação do Estado na economia, “parece não ser apropriado aplicar a teoria schumpeteriana a esses países, sem nenhuma adaptação” (Laumas, 1962, p. 656). A redução da taxa de lucro cria um “clima” desfavorável ao investimento privado em inovações. A adoção de políticas sociais sem respaldo do crescimento econômico eleva os custos e desmotiva ainda mais os investimentos. Na visão de Laumas (1962, p. 657), o Estado precisaria criar condições para elevar a taxa de lucro, o principal elemento de atração dos investimentos.

A questão do financiamento liga-se às dificuldades para desenvolver um sistema bancário em áreas predominantemente agrícolas. Ademais, os bancos não operam se não houver maior segurança de que seus empréstimos sejam integralmente amortizados. Um sistema bancário não se desenvolve em países onde não há garantias ao direito de propriedade. Os empresários precisam ter ativos para oferecer em garantia aos bancos, a fim de receberem financiamentos. Em relação a essa questão, a função do governo tem sido a de oferecer garantias para capitais internos e externos e, desse modo, assegurar o financiamento das inovações. Porém, no momento em que ele compete com o setor privado na captação de poupanças, para financiar seus gastos, a taxa de juros se eleva. Nesse caso, mesmo com uma taxa de risco constante, o diferencial entre a taxa de lucro e a taxa de juros real líquida se reduz, provocando queda do ritmo da acumulação de capital.

Desse modo, tendo em vista a redução da taxa de lucro e o problema do financiamento, as inovações nos países em desenvolvimento tendem a ser de pequena escala. A

⁵ A construção da Hidroelétrica de Itaipu e da Ponte Rio-Niterói, nos anos de 1970, provocou escassez de cimento e aço.

escala é muito importante, porque a perturbação do equilíbrio do *fluxo circular* precisa ser substancial, para gerar desenvolvimento econômico. Com pequenas taxas de crescimento a economia permanece no fluxo circular. "Se a inovação for de pequena importância, os lucros criados também serão pequenos e, assim, a propensão a imitar a ação do empresário inovador também será mínima" (Laumas, 1962, p. 659).

No Brasil, a elevada carga tributária, as altas taxas de juros e os pesados custos sociais sobre os salários inibem os investimentos. A redução do "custo Brasil" estimularia a adoção de inovações e as exportações. O aumento da escala de produção reduzirá custos e aumentará a competitividade externa; o crescimento das exportações gera maiores lucros e novos investimentos, criando um círculo virtuoso de desenvolvimento. A ação do Estado-empresário foi fundamental para a implantação da indústria no Brasil. Nos anos de 1950, quando foram criadas as grandes empresas estatais, o setor privado nacional não tinha condições de liderar a industrialização brasileira. Aos poucos, com o apoio do BNDES, os grupos empresariais nacionais foram-se consolidando. A ação do Estado no financiamento industrial e na concessão de avais para o financiamento externo e a transferência de tecnologias também foram cruciais.

6.4.3 Desenvolvimento empresarial na América Latina

O desenvolvimento empresarial alcançou também relativo sucesso no México e na Argentina. No Chile os resultados nesse sentido foram mais modestos. Examinando os entraves ao desenvolvimento empresarial chileno, Muñoz (1986, p. 101) destacou três teses principais: a tese psicossocial, a tese da insuficiência estrutural e a tese liberal. Segundo a *tese psicossocial*, os principais obstáculos à formação do empresariado no Chile e, por extensão, na América Latina foram a mentalidade latifundiária, a desconfiança da população em relação às atividades industriais e a falta de tradição nos negócios não tradicionais.

Devido a essa *restrição social* sofrida pelo empresário, o acesso ao lucro era visto como fruto da exploração dos trabalhadores e consumidores e não como o resultado do exercício da capacidade de trabalho. Contribuía para essa restrição social a herança cultural do sistema feudal e latifundiário, em que a mentalidade da classe dominante era a de gerar *rendas* e não lucros no sentido capitalista. Os intelectuais e a classe dirigente, por seu turno, conduziam-se mais por ideologia do que por pragmatismo. Isso se refletia na condução da política econômica, com prejuízos para o desenvolvimento capitalista.

Segundo a *tese da insuficiência estrutural*, o mercado interno diminuto teria dificultado a difusão dos efeitos de encadeamento dos investimentos. A instabilidade da monocultura exportadora e a necessidade de manter um volume mínimo de divisas para importar bens de produção levaram o empresariado nascente a depender fortemente da ação do governo. Esta se manifestava pela intervenção no mercado de câmbio, no estabelecimento de altas tarifas de importação de similares nacionais, na implantação de infra-estruturas e nos subsídios ao crédito. Desse modo, a classe empresarial não teria assumido um papel modernizador, ao agir em nome de seus interesses corporativos, com prejuízos para mudanças estruturais (Muñoz, 1986, p. 104).

Do ponto de vista da *tese liberal*, o crescimento econômico do Chile teria sido obstaculizado pela crescente participação do Estado na economia a partir dos anos de 1930,

traduzindo-se na burocratização da função empresarial e na redução gradativa de eficiência. De outra parte, o empresariado ficava imobilizado pela instabilidade das políticas econômicas; esta gerava insegurança nos negócios pela concorrência das atividades estatais e hostilidade do governo contra os homens de negócio. Os empresários, sendo confrontados também pelos trabalhadores, tornavam-se malvistas pela sociedade (Muñoz, 1986, p. 105).

Apesar dessas dificuldades, a experiência demonstrou que a importação de tecnologia externa acabou formando alguma capacidade empresarial local por um processo de aprendizagem. E isso tem requerido, no entanto, a criação de incentivos gerais e específicos. A experiência do Japão, desde o final do século 19, e dos países asiáticos, como a Coreia do Sul, entre 1970 e 2000, constituem exemplos de que a conjugação de esforços entre o Estado, os empresários e a sociedade em geral mostra-se fundamental para a transformação de uma economia agrária em uma moderna sociedade industrial desenvolvida.

O marasmo econômico da América Latina, nos anos de 1960, refletia-se na baixa produtividade; isso dificultava as exportações e o prosseguimento do modelo de substituição de importações, com a qual o empresariado em formação assimilava novas tecnologias. A insuficiência da base exportadora repercutia no reduzido nível dos investimentos e nos baixos índices de produtividade. Fechava-se um círculo vicioso, que precisava ser rompido com criatividade pela ação do empresariado, sob as condições de cooperação criadas pelo Estado. Por outro lado, os países de industrialização tardia enfrentaram grande concorrência dos países desenvolvidos. A tendência foi especializarem-se na produção agrícola ou na extração mineral, de menor produtividade, incorporando tecnologia mais elementar. Somente quando o Estado interveio na economia, protegendo a indústria nascente, criaram-se as condições para o desenvolvimento empresarial. Esse apoio estatal foi paternalista e devia *produzir rentabilidade* (controle de preços, financiamento); já no Sudeste da Ásia ele se orientou para a *geração de tecnologias avançadas* (Muñoz, 1986, p. 98).

O modelo asiático caracteriza-se pela ação do Estado no sentido do desenvolvimento tecnológico privado interno e da aprendizagem empresarial. Na Coreia do Sul e em Taiwan, por exemplo, através dos bancos oficiais, os empresários comprometiam-se a cumprir determinadas metas, principalmente quanto à exportação de produtos manufaturados de tecnologia intensiva e à nacionalização gradativa da tecnologia importada. O crescimento econômico na América Latina gerou grandes desequilíbrios macroeconômicos, como concentração de renda, inflação e desemprego. Com a sindicalização dos trabalhadores, a participação crescente do Estado na economia e com o aumento dos conflitos entre governo, empresários e assalariados, o *capitalismo cooperativo* (em que empresários e trabalhadores se aliam para obrigar o Estado a realizar políticas expansionistas) cedeu lugar ao *capitalismo antagônico*. Cresceram as hostilidades contra a classe empresarial, identificada como causadora de inflação e desemprego (Muñoz, 1986, p. 99).

Nas décadas de 1970 e 1980, o regime político chileno permitiu a realização de reformas liberais de base, como a da previdência social, garantindo a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e desorganizando a atividade sindical. O governo chileno também eliminou os controles de preços e de mercados, abriu a economia ao exterior, privatizou empresas estatais e incentivou o ingresso de capital estrangeiro. Após um período recessivo, no início dos anos de 1980, essas reformas garantiram a estabilidade da economia e a retomada do crescimento econômico. Em 1999, o Chile apresenta-

va-se como um dos poucos países da América Latina que possuía recursos próprios para investir, inclusive no exterior. Nesse ano, com uma população de 15 milhões de pessoas, PNB de US\$ 71,1 bilhões, esse país possuía um PNB *per capita* de US\$ 4.740, contra US\$ 4.420 para o Brasil. Em 1998, suas exportações foram iguais a US\$ 18,9 bilhões e as importações alcançaram US\$ 21,6 bilhões; seu comércio exterior equivalia a cerca de 1/3 do comércio exterior do Brasil.

Em 2003, o Chile continuava como membro associado do Mercosul, que mantém uma tarifa externa comum de 15%; como a tarifa média chilena é de 6%, há uma dificuldade natural para seu ingresso no bloco. Assim, o Chile tem feito negociações e acordos com os EUA e ele está mais próximo da Associação de Livre Comércio das Américas do que do Mercosul. A ampliação deste último aumentaria o mercado para as indústrias dos países-membros, estimulando o desenvolvimento empresarial. Mesmo assim, seriam indispensáveis melhorias institucionais, apoio financeiro e políticas diretas de promoção do desenvolvimento empresarial. Na Ásia, combinam-se protecionismo seletivo, melhoria da competitividade, substituição seletiva de importações e promoção de exportações, que estimulam o crescimento econômico.

Conclui-se que a expansão econômica e a concorrência de outras economias exercem um efeito de aprendizagem sobre o empresariado em formação. Existe um processo interativo entre função empresarial e crescimento econômico (Muñoz, 1986, p. 118): eficiência empresarial ampliada repercute no crescimento e vice-versa, através de maior motivação e aprendizagem. A exposição da economia à concorrência internacional, o ingresso de novas empresas estrangeiras e as viagens de negócio exercem importantes efeitos sobre a modernização e o desenvolvimento da economia, ao melhorar a eficiência da função empresarial.

6.5 Schumpeter, teoria evolucionária e abordagem neo-schumpeteriana

Como será visto no Capítulo 11, a teoria evolucionária apresenta caráter secular. Assim, pode haver uma relação com a teoria schumpeteriana do desenvolvimento econômico, fenômeno de longo prazo. A teoria schumpeteriana envolve aspectos fundamentais modernos, como inovações tecnológicas, empresário inovador, grande empresa, concentração de capitais, instituições bancárias e o ambiente hostil do mercado. No sistema schumpeteriano, o desenvolvimento é interpretado como um processo evolucionário: as firmas inovadoras expandem-se, podendo ocasionar o desaparecimento de firmas não inovadoras, de maior custo, gerando um processo de *destruição criadora*. A adaptação evolucionária implica transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, mudando o ambiente. Essa era a posição de Schumpeter: ele afirmava que o processo de mudança explicava-se pelo conjunto das mudanças precedentes, incluindo as mudanças econômicas. Desse modo, instituições estáveis e modernas, como as bancárias, favorecem o desenvolvimento econômico. Empresas eficientes podem crescer rapidamente, com base na adoção de novas combinações produtivas, financiadas pelo crédito bancário. Organizações que não conseguem inserir-se no sistema financeiro moderno são ultrapassadas pelas que lançam novos produtos e adotam novos processos de produção.

Para *sobreviverem*, as empresas precisam *adaptar-se* continuamente ao meio socioeconômico, em função das inovações tecnológicas adotadas pelas empresas líderes. A evo-

lução econômica desenvolve-se fora do fluxo circular, pois é mais do que um simples processo de ajustamento. Ela ocorre com os empresários incorporando novas tecnologias, novos materiais e novos métodos de produção. Estes são imitados em diversos setores, o que gera um processo cumulativo de crescimento. Investimentos derivados do efeito-renda acrescentam-se aos investimentos induzidos tecnologicamente. Quando os efeitos de encaqueamento e de multiplicação se desaceleram, surge um fato novo no ambiente econômico. A crise força a reorganização da produção, o aumento da eficiência e a redução de custos.

Constata-se que Schumpeter incorporou em sua análise tanto fatores tecnológicos, como aspectos institucionais e de motivação. Mudanças institucionais e teoria econômica estão interligadas, assim como os indivíduos, o governo e as empresas privadas inovadoras. Essa interação forma a sociologia econômica de Schumpeter. Este é o ponto central da nova teoria do desenvolvimento local, em que a interação dos diferentes agentes locais (empresários, universidades, governo e agências de pesquisa, fomento e crédito) habilita a comunidade a enfrentar a concorrência das grandes empresas globalizadas e cria as condições para o crescimento econômico endógeno (Barquero, 2002).

6.5.1 Destruição criadora e adaptação

Novos produtos e novos processos de produção, ao deslocarem produtos e combinações antigas, constituem a fonte permanente de *destruição criadora* e apresentam-se como a mais importante forma de transformação da sociedade capitalista. Essa *destruição criadora* acarreta um processo de *seleção natural*, com a sobrevivência dos mais eficientes. Na dinâmica de longo prazo, portanto, o sistema econômico possui características evolucionárias.

Uma característica dos modelos evolucionários é a formação de novas firmas e indústrias. Apesar de o processo de mudança técnica dar margem ao surgimento de grandes firmas oligopolistas, inúmeras atividades de pequena e média dimensão formam-se no mercado, com base nessas firmas líderes, produzindo muitas vezes em regime de subcontratação. Tais empresas satélites ligam-se tecnologicamente com a indústria líder, formando complexos industriais com as firmas ligadas. O empresário inova em função do lucro esperado e a inovação tem caráter econômico e não técnico. A motivação do empresário é o lucro, embora ele também possa ser influenciado pela necessidade de sobrevivência no mercado. Sabendo-se que a invenção, a difusão e a adoção de inovações dependem da alocação de recursos escassos para a realização de pesquisa básica e aplicada; que a adoção de inovações determina a taxa de crescimento da economia, percebe-se que a teoria de Schumpeter apresenta um caráter circular interdependente ao explicar a oferta de inovações. O processo de *seleção natural* das empresas mais eficientes que melhor se adaptam a seu ambiente, que é o mercado, é uma característica da economia moderna. A organização interna das empresas evolui como reflexo da hostilidade do ambiente econômico, ao tentarem reduzir custos, maximizar lucros e *sobreviver* às mudanças econômicas e tecnológicas do mercado.

Em conclusão, constata-se que a teoria schumpeteriana do desenvolvimento considerava o processo de mudança técnica como o elemento fundamental da dinâmica econômica. As invenções ocorrem fortuitamente ou são provocadas por investimentos em pes-

quisa e desenvolvimento. Formam-se pacotes tecnológicos deixados à disposição dos empresários. Estes, procurando adaptar-se aos desafios da concorrência, adotam novas combinações, introduzem novos produtos e abrem novos mercados. Para montar novas fábricas, modernizar equipamentos, ou contratar estudos e projetos de engenharia, os agentes fundamentais do desenvolvimento lançam mão do crédito bancário. Os empresários precisam adaptar-se continuamente às novas condições do mercado, em razão dos seguintes fatores: (a) existência de outros empreendedores com inovações tecnológicas; (b) mudanças da política econômica do governo; e (c) concorrência das importações. Muitas empresas desaparecem do mercado pela concorrência de firmas inovadoras ou oligopolistas. Sobrevivem as mais fortes ou mais aptas ao ambiente econômico relativamente hostil às empresas menos eficientes.

O Estado procura regular o mercado e eliminar a ação predatória dos oligopólios, para minimizar o desaparecimento precoce de firmas concorrenciais. As condições do ambiente são do conhecimento dos agentes econômicos, que procuram entrar no mercado. A experiência do mercado transmite-se de pai para filho nos grupos familiares. Os empresários e os executivos assalariados são treinados com o auxílio de técnicas modernas de administração para adaptação contínua e sobrevivência no mundo dos negócios. As necessidades de adaptação, na economia schumpeteriana, traduzem-se pelas fases ascendentes e descendentes dos ciclos dos negócios, resultantes das oscilações da oferta de inovações e da demanda de crédito.

6.5.2 Governo e teoria evolucionária

Tendo em vista que o governo constitui a maior macrounidade, em cada país, sua ação é fundamental para influenciar os rumos que as sociedades deverão seguir. Por meio de medidas fiscais, ele tem incentivado ou destruído indústrias; pelo aumento de seus gastos e a criação de novos impostos, ele tem modificado os padrões de consumo e transferido rendas para grupos específicos, modificando estruturas e determinando o ritmo do crescimento econômico. Após a Segunda Guerra Mundial, havia a expectativa de que um sistema tributário redistributivo poderia financiar o crescimento econômico e levar a sociedade a um estado de ótimo bem-estar social. Essa seria a "marcha para o socialismo" vislumbrada por Schumpeter (Jackson, 1988, p. 286). No entanto, o crescimento dos gastos públicos e as falhas do governo produziram desvios do ótimo global, com inflação, desemprego, deslocamento da produção privada e desindustrialização. Foi a crise do Estado cobrador de impostos. A partir de 1970, a idéia básica passou a ser a de que o crescimento econômico e o bem-estar social somente aumentariam com a redução do tamanho do Estado na economia.

Desde Adam Smith, até os dias de hoje, a idéia básica é a de que a existência de instituições eficientes é fundamental para promover o crescimento econômico e maximizar o bem-estar social. Em Schumpeter, o desenvolvimento baseia-se na função empresarial, nas inovações tecnológicas e no crédito. Mas existem falhas de mercado: com retornos crescentes à escala, o mercado apresenta externalidades. Contudo, altos custos de transação, falhas de informação e de coordenação levam a falhas de demanda efetiva. Havendo concorrência imperfeita, o governo procura corrigir as falhas de mercado, exercendo sua função alocativa: (a) por meio de impostos, para corrigir preços, no caso de externalidades; (b) ofertando bens públicos; (c) regulando monopólios, nacionalizando indústrias,

introduzindo leis antitrustes; e (d) adotando políticas fiscais e monetárias para regular o nível da demanda agregada. Em suma, com falhas de mercado, na visão do *tax state*, a participação do Estado aumenta a eficiência e o bem-estar social (Jackson, 1988, p. 292).

As falhas do mercado foram substituídas pelas falhas do governo e o bem-estar social se reduziu em vez de aumentar. Isso se explica porque os recursos públicos são mal-gastos, há desperdícios via *rent-seeking* e redução da eficiência global.⁶ Há um conflito entre o leiloeiro walrasiano (assumido pelo Estado) e o empresário schumpeteriano: enquanto o leiloeiro procura o equilíbrio estacionário de longo prazo, o empresário está sempre tentando romper esse equilíbrio, ao introduzir a inovação geradora de lucro puro e, portanto, de imperfeições de mercado. Por exemplo, subsídios aos desempregados podem significar a redução dos investimentos públicos e menor crescimento econômico. O desestímulo resultante aos investimentos privados pode agravar o problema do desemprego (Jackson, 1988, p. 295).

Contudo, à medida que as políticas fiscais e monetárias do governo criam expectativas favoráveis aos investimentos, a taxa do crescimento econômico aumenta, principalmente quando forem complementadas por medidas suscetíveis de coletivizar os riscos e reduzir a incerteza. Outra contribuição fundamental do Estado ao desenvolvimento são os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e a criação de mecanismos de transferência de conhecimentos para o setor privado. Essa é uma forma de reduzir os riscos de investimentos com retornos incertos e de prazo muito longo, principalmente para pequenas e médias empresas. As ações do Estado influenciam diretamente as transformações das estruturas econômicas. As modificações de uma economia agrária em uma economia industrial e, posteriormente, em uma economia exportadora de serviços superiores especializadas ocorrem dentro do espírito da teoria evolucionária. Nesse processo, resultam mudanças e adaptações dos agentes econômicos, com o surgimento de novos setores líderes.

6.5.3 Abordagem neo-schumpeteriana

A abordagem de Schumpeter recebeu a atenção de alguns economistas nas últimas décadas, que flexibilizaram algumas de suas hipóteses. Assim, para os economistas neo-schumpeterianos, a inovação não é aleatória; ela surge de uma série de atos decorrentes do processo de busca, experimentação e imitação. Ela está no centro do crescimento da firma e da geração de lucro puro. Ela resulta de fatores de demanda e de oferta. Sondando o mercado, o empresário verifica o que o público deseja consumir e gera novos produtos, aperfeiçoa os produtos existentes e adota processos mais eficientes. A partir de condições internas da oferta, as tecnologias criam novas necessidades, induzindo a demanda de produtos, ou de produtos existentes ligeiramente modificados, ou de melhor qualidade (Dosi, 1988).

Por essa visão, as inovações ocorrem impulsionadas pela motivação do lucro. As firmas retêm parte dos lucros para desenvolver novas tecnologias. Desse modo, na visão neo-schumpeteriana o crédito joga um papel menor. As inovações, ocorrendo intensamente, são fontes constantes de lucros extraordinários, o que permite as firmas financiarem grande parte do progresso técnico com recursos próprios. No mesmo sentido, o caráter de excep-

6 Sobre *rent-seeking* (procura pela renda econômica) ver o Capítulo 10.

cionalidade do empresário inovador, individual, cede seu lugar para equipes de executivos bem treinados e a inovação seria inerente às novas características do sistema capitalista. Assim sendo, ocorre um processo de aprendizagem tecnológica; o acúmulo de conhecimentos aumenta a experiência, que é repassada de uma indústria para outra e entre regiões e países. O aprendizado ocorre no interior da firma, permitindo a solução de problemas técnicos e seu aperfeiçoamento; ele resulta da interação da firma com os consumidores e fornecedores. "Processos interativos entre agentes permitem a troca de informações, ações conjuntas, divisão de responsabilidades, estabelecimento de código e procedimentos, que resultam em alterações no *status quo* dos produtos e processos" (Dosi, Teece e Winter, 1992 apud Cario e Pereira, 2002).

Regiões e países apresentam desenvolvimento diferenciado dependendo da disponibilidade e da distribuição geográfica dos grupos setoriais de inovação. Comunidades locais procuram atrair e desenvolver grupos de inovação, através da mobilização dos atores locais do desenvolvimento (governos, agências de fomento, empresas e empresários potenciais, universidades e centros de pesquisa). De certo modo, a inovação tornou-se institucionalizada, constituindo o elemento fundamental da competitividade empresarial e regional. A concorrência não se limita mais a provocar a cópia de inovações, nem a simples processos adaptativos; ela produz reações que geram ajustamentos profundos, novos produtos e processos inovadores.

Em suma, o desenvolvimento impulsionado pelas inovações possui forças internas e externas ditadas por motivações econômicas (estruturas de mercado, concorrência, política econômica), tecnológicas (pesquisa & desenvolvimento), institucionais (agências de fomento e pesquisa, associações de classe, governo, normas, leis), ambientais (clima, solo), sociais (estrutura demográfica, distribuição de renda e da riqueza) e culturais (educação, raça, língua, religião, costumes). Constata-se que o processo inovativo é seletivo, induzido e mutável (Possas, 1999, apud Corazza e Fracalanza, 2002, p. 12), adquirindo um caráter evolucionário.

6.6 Conclusão

O desenvolvimento econômico schumpeteriano traduz-se por mudanças quantitativas e qualitativas das variáveis econômicas do fluxo circular, alterando sua estrutura e as condições do equilíbrio original. Aumenta a disponibilidade de bens *per capita*, em razão da maior taxa de crescimento da produção em relação à população. Melhora a qualidade dos produtos e dos serviços, assim como a renda média dos indivíduos. Isso ocorre pela expansão do volume dos negócios, pelas inovações e pela disputa por fatores de produção por parte dos empresários. O dinamismo da economia deriva da ação do empresário inovador, que põe em prática novos processos de produção, gera novos produtos e abre novos mercados. Saindo da rotina do fluxo circular, onde adotava antigos processos, ele lança mão do crédito para investir em pesquisa ou adotar inovações, construir novas fábricas, lançar novos produtos e bancar grandes campanhas publicitárias.

Como os economistas clássicos, Schumpeter enfatizou fundamentalmente o lado da oferta. De sorte que, para alguns autores, seria mais apropriado considerar a visão schumpeteriana das inovações como uma interpretação da função de produção (Heertje, 1988, p. 82). Nessa visão, os novos produtos, por constituírem novidade, sempre encontram

demanda. Os consumidores exercem um papel passivo e são induzidos a demandar os novos produtos, principalmente após a realização de intensas campanhas publicitárias.

Considerações de demanda são as inovações que dizem respeito à abertura de novos mercados. A inovação ocorre porque o empresário torna-se um pioneiro em sua área ao desbravar um mercado inédito. Novos consumidores no exterior adquirem seus produtos, permitindo aumentar a oferta, reduzir os custos médios e realizar novos investimentos em pesquisa e inovação. No entanto, permanece o móbil anterior do lado da oferta. Os novos mercados são atendidos porque existe uma capacidade produtiva prévia potencial.

A qualificação de Wallich foi muito importante ao adaptar a teoria schumpeteriana aos países subdesenvolvidos e por vincular a ela outros aspectos de demanda. Os consumidores desses países exercem uma pressão por novos produtos, por meio das importações, tendo em vista o efeito-demonstração do consumo dos países desenvolvidos. Os empresários e o próprio Estado são induzidos a importar tecnologia e capitais para expandir a oferta interna. Nesse sentido, para financiar o desenvolvimento e importar bens de capital, insumos e inovações, os países subdesenvolvidos precisam de uma base exportadora dinâmica.

A abordagem de Laumas foi igualmente importante por salientar que o Estado pode concorrer com o setor privado por produtos e fatores escassos, inibindo as inovações tecnológicas.⁷ Altos custos médios limitam a escala das inovações e a economia teria dificuldade de sair do fluxo circular, inibindo, portanto, o crescimento do setor privado.

Como mostrou Muñoz, maior abertura da economia ao exterior e ao capital estrangeiro, incentivando os negócios, estimula o desenvolvimento da classe empresarial. Nesse sentido, são muito importantes as parcerias entre o Estado, a comunidade e o empresário nacional e estrangeiro. O crescimento econômico decorrente gera um processo de aprendizagem tecnológica e empresarial, proporcionando, no futuro, a formação endógena de tecnologia e desenvolvimento econômico auto-sustentado.

Fortes ligações entre a teoria schumpeteriana do desenvolvimento, as qualificações de Wallich, Laumas e Muñoz ficam, portanto, estabelecidas com a teoria da base exportadora (Souza, 1980 e 1982). O mercado nacional pode não ser suficientemente dinâmico e amplo para o lançamento de determinados produtos, necessitando, pois, que o empresário lance mão do mercado mundial ou do mercado formado por um bloco de países em que, eventualmente, possa fazer parte. A expansão dos mercados gera economias de escala, evita a queda precoce da taxa de lucro, prolongando a fase ascendente do ciclo dos negócios. Da mesma forma, a fase descendente pode ser evitada ou minimizada, desde que a empresa inovadora possua competitividade nos mercados mundiais.⁸ Essa competitividade dependerá tanto dos preços, como da qualidade dos produtos, de seu *design* e funcionalidade e, sobretudo, da *novidade* que representar para os consumidores.

No mesmo sentido, as idéias de Schumpeter têm um caráter evolucionário. As empresas inovadoras sobrevivem à destruição criadora no mercado e estão em constante

7 Laumas supõe que a adoção de inovações tecnológicas é feita predominantemente pelo setor privado.

8 Firmas que produzem bens sazonais poderão evitar flutuações de sua produção se exportarem para mercados diversificados. Produtos da linha moda praia, por exemplo, teriam o pico de produção no verão e produção mínima no inverno, caso a firma só atendesse o mercado nacional.

adaptação ao meio em que se inserem. O desenvolvimento faz-se pela transformação e a evolução dos empresários mais aptos em relação às condições de concorrência no mercado. O governo, como uma macrounidade, torna-se importante na transformação das estruturas econômicas e sociais. Sua ação justifica-se, principalmente, para corrigir falhas de mercado. No entanto, o governo não substitui o mercado, porque também existem falhas do governo, o que reduz o bem-estar social. As ações do governo são importantes principalmente quando incentivam o investimento privado e reduzem riscos e incertezas. Investimentos governamentais em pesquisa e desenvolvimento favorecem o crescimento empresarial, quando as novas tecnologias são apropriadas pelas empresas, o que exerce efeitos de encadeamentos pelo crescimento da produção e do emprego.

Na abordagem neo-schumpeteriana, o crédito e o empresário individual têm um papel menor; a inovação passa a ser gerada por fatores internos e externos à firma, em função de fatores ambientais, tecnológicos, econômicos e não econômicos. A concorrência tornou-se mais acirrada pelo desenvolvimento da informática e dos meios de comunicação, que resultou na globalização da economia mundial. Há uma necessidade crescente de maior competitividade por parte das empresas, regiões e países, o que tem levado à constituição de grupos de inovação com o apoio dos diferentes atores locais do desenvolvimento.

Questões para reflexão e discussão

1. Caracterize o fluxo circular schumpeteriano.
2. O que significa desenvolvimento econômico para Schumpeter?
3. Explique o papel do banqueiro no desenvolvimento.
4. Caracterize o empresário schumpeteriano.
5. Qual o significado de novas combinações no modelo de desenvolvimento de Schumpeter?
6. Qual o papel do meio sociocultural e institucional no modelo de Schumpeter?
7. Caracterize a fase de prosperidade do ciclo dos negócios.
8. Explique as causas da depressão segundo o modelo em estudo.
9. Explique as causas do declínio do capitalismo no longo prazo.
10. Explique as adaptações de Wallich ao modelo de Schumpeter.
11. Comente as causas e as conseqüências de as inovações nos países subdesenvolvidos serem de pequena escala.
12. Quais os principais obstáculos à formação empresarial na América Latina?
13. Explique o processo interativo entre crescimento econômico e desenvolvimento da função empresarial.
14. Qual o papel de uma maior abertura da economia ao exterior para a adoção de inovações e para a formação do empresariado?
15. Qual o papel do Estado na mudança e no desenvolvimento?
16. Qual a ligação da teoria schumpeteriana com a teoria evolucionária do desenvolvimento econômico?
17. Explique a visão neo-schumpeteriana das inovações, do empresariado e do crédito.



Desenvolvimento por Substituição de Importações, a CEPAL e o Desenvolvimentismo no Brasil

Este capítulo apresenta a abordagem da industrialização por substituição de importações, a visão cepalina do desenvolvimento econômico e os principais aspectos do *pensamento econômico brasileiro*, dominante entre 1940 e início da década de 1960. O capítulo inclui ainda a discussão de algumas teses em debate no Brasil sobre a questão do desenvolvimento, após 1964.

7.1 Crescimento por substituição de importações

Pela teoria clássica do comércio internacional, cada país deveria especializar-se na produção daqueles bens para os quais possui vantagens comparativas de custo. Desse modo, como explicou Ricardo, o produto da economia mundial acabaria aumentando, assim como o bem-estar social. Os países com abundantes recursos naturais especializariam-se em produtos primários e os países ricos, de tecnologia mais avançada, aprofundariam sua especialização em produtos manufaturados específicos. Desse ponto de vista, o padrão da divisão internacional do trabalho iria reger as vantagens comparativas entre países.¹

Pela teoria neoclássica do comércio internacional, de Hecksher e Ohlin, a especialização deriva das diferenças de dotação de fatores entre países. Aqueles com abundância de mão-de-obra e, portanto, salários mais baixos seriam especializados na produção e exportação de bens incorporando técnicas de trabalho intensivo. Inversamente, países com escassez de trabalho e abundância de capitais iriam produzir e exportar, preferencialmente, bens adotando técnicas de capital intensivo, poupadoras de trabalho (Souza, 2003, p. 269).

As teorias clássica e neoclássica do comércio internacional são estáticas, levando em consideração apenas as condições de um dado momento. No longo prazo, com a própria industrialização, outros produtos passam a apresentar especialização. *Vantagens comparativas dinâmicas* constituem um princípio mais amplo e baseiam-se na redução de cus-

1 Ver seção 3.3.3 deste livro e Souza (2003, p. 267).